Campinas não foi fundada em 1774 (XXIII)

NOTA EXTRA de esclarecimento necessário aos meus leitores: Há dias, em crônica publicada neste jornal, mas fora desta série, critiquei certas afirmações da ilustre acadêmica e jornalista Conceição Arruda Toledo, feitas num dos seus artigos para o Diário do Povo. A jornalista, como era natural, respondeu-me, lançando contudo um desafio, ainda que em meia luva, que me obriga a levá-la. Não é esta a ocasião, porém, nem o espaço para tanto, que a matéria aqui contida tem um determinado ordenamento, dentro de um plano geral de retrospectiva programada sobre o passado campineiro. Prometo, porém, aos meus leitores, que na madrugada certa para o "duelo" estarei no campo da liça. E o farei também, a mais desse motivo de respeito aos meus leitores, porque, e é bom que o saiba a jornalista, além de não me convir caracterizar personagem de Benda, não pertença a qualquer facção de conspiradores. Ao contrário, eu estou de fora, não sou de igreja nem capela. Não lamento e nem quero pertencer, e nem me faz mossa alguma essa cortina de ferro, de bambú ou de que mais o possa ser. E não nos esqueçamos — nem ela — de que, envoltos pelo silêncio, não precisamos de gritar para sermos ouvidos: basta a pautada voz da razão ou da verdade.

Há, não obstante, um ponto que deve desde já ser abordado, pela relação existente entre esta série de artigos e a categoria que me dei de publicista, no cuidado de que não persista uma indevida qualificação, que não possui e nem me dão o direito para tanto as leis pertinentes do país. Sou cronista. Não sou historiador. E sou cronista porque minha profissão de jornalista me permite e me encaminha no enquadramento dessa atividade, também relacionada com assuntos históricos. Nesse sentido, aliás, de uso indevido de qualificação profissional, creio já chegada a hora de os historiadores se insurgirem contra o abuso, na defesa de sua profissão, como o fazem tantos outros profissionais, o jornalista e o advogado entre estes — referências que me permito, por qualificado. E o devem fazer (se me permitem o palpite) a despeito do desinteresse generalizado em diversas esferas responsáveis, mormente as dos currículos de formação, acomodadas na onda do **deixa ficar como está para ver como fica** — perigosamente repetindo — essa, sim, uma conspiração de lesa-humanidade, porque lesada, a inteligência, da cultura que civiliza — a "delenda humanidades" que caiu impiedosa, mas cínica e propositadamente (como a obedecer a um plano internacional de desfibramento pela ignorância), já faz tempo, sobre nossas instituições pedagógicas, didáticas, instrutivas e educacionais, de que é expressão descamulada a famigerada "diretrizes e bases". Denunciando, sei lá?! um pavor, uma preocupação, uma resistência, um interesse subalterno contra as aceleradas conquistas de uma nação tão jovem que, em tão pouco tempo, conseguiu arraigar tão profundamente uma cultura universitária de tão limitados exemplos num tão vasto passado da Civilização. Uma cultura conquistada com gana e garra, nas rebeliões passadas, nos congressos passados, nos debates passados, implantando soberania, cultura e destinação certa que só se alcançam pela vontade, pela comunhão e pelo saber. Mas para isso é preciso que as gerações estejam sempre

advertidas de que ninguém nasce sabendo. É preciso aprender. E só se aprende estudando — um estudo que pode ser válido ou não, dependente dos elementos básicos que o informam e o estruturam. Elementos só possíveis com as **infra-estruturas do conhecimento**, de que o idioma é o ingrediente de valor inestimável, temperado necessariamente com as matérias das humanidades, que os defensores das desoladoras especializações tentam menosprezar, como se fosse possível, como dizia o sentencioso prof. Anísio Godinho, "um saco vazio parar em pé". E com isso, hoje, pagam as gerações, propositadamente abandonadas, privadas que foram dos instrumentos necessários a cavar fundo para as raízes do seu saber e o que só conseguem, com ferramentas de superfície, é cavar uma rasa sepultura de um futuro por demais cinzento, assim triste. Uma desolação que transparece, a despeito de uma alardeada riqueza material, muito bimbolhante, muito decorada, muito balagandosa e muito berloquenta e confortável — o tipo mesmo da acomodação oportuna e conveniente. Será essa, realmente, a herança que almejamos testar? Se assim, qual será nosso tamanho e qual será nosso peso, na medida e na balança da História e dos Tempos?

—|||—

Prosseguindo no tema que motiva esta série de crônicas, que é o que sei para afirmar que Campinas não foi fundada em 1774, examinando e interpretando os documentos, hábeis e inábeis, relacionados, recorro aos leitores que estamos tratando da **Breve Notícia** e do **Livro do Tombo** desaparecido. Um desaparecimento, ainda que lamentável, que não nos perturba tanto, já que a matéria que nos interessa discutir foi registrada em tempo por estudiosos responsáveis, além do seu testemunho de o terem compulsado. Julgo oportuno esclarecer que recentes leituras de novos (para mim) artigos versando a história de Campinas (1) me permitiram saber que antes do padre Constantino, bem antes, Francisco Quirino dos Santos e Ricardo Gumbleton Daunt tiveram em mãos aquele livro, referindo-se ambos à **Breve Notícia**. Se a divulgaram na íntegra, ou não, antes daquele padre, ainda não sei dizer. É matéria que falta se confirmar, embora não seja de todo relevante no que toca à minha tese. Pela simples razão de eu os considerar — o **Livro do Tombo** e a **Breve Notícia** — documentos inábeis para provar a fundação de Campinas em 1774. E são inábeis por várias razões, algumas já trazidas à consideração dos leitores. E como vamos ficar ainda nesta fase dos documentos relacionados com aquele período da vida campineira, novas razões aduzirei. Razões que nos levarão a um estudo mais detalhado do que eram e representavam determinadas categorias pertinentes às atividades, então, nos âmbitos **regalistas** e religiosos.

Uma **capela interina** não tinha necessariamente um livro, chamado do Tombo porque nele se **assentavam, tombavam** as ocorrências normativas de uma igreja autônoma ou capela curada, com patrimônio etc. Os fatos relacionados com essa capela por interina, tinham de estar tombados no livro obrigatório da Matriz de Jundiá o que, naturalmente, não impedia que **notas** fossem lavradas, em folhas soltas, cadernos e mesmo livros, para posteriores traslados. Estes transportes, no entanto, ha-

viam de ser **posteriores** aos assentamentos no **Livro próprio de abertura e instalação da paróquia** que e quando se criasse. Não desconhece este cronista que nossa (como tantas outras) história denuncia casos de inobservância e mesmo de desobediência às normas estabelecidas, seja por um como por outro dos dois poderes que informavam e conformavam a vida colonial brasileira. E não raras vezes fatos consumados foram aceites, sem força de lei no entanto, nem de alteração dos usos e costumes. Mas, e isto é importante — os procedimentos indispensáveis, ainda que não autorizados, ou sob **vistas grossas**, eram levados a efeito dentro das normas, salvando-se as aparências. No particular eclesiástico (terei oportunidade de trazer a exame as discordâncias, desobediências e impropriedades ocorridas na área civil, ou da coroa, como se costuma dizer), temos referências várias de **infringências** ao que mandavam os **dois poderes**. Esclareço, de antemão, que o caso de Campinas não está nessa ordem, porque se pretendem observadas as regras — muito longe, porém, da verdade. E isto, simplesmente, porque não se levaram em conta determinadas características indispensáveis para a identificação de um ato completo, nem mesmo de **fato consumado**. Veremos isso, à medida que examinarmos os documentos existentes ou referidos.

Busquemos, agora, algumas referências e informações, para elucidar melhor essa questão de obrigatoriedades, normas, desobediências e inobservâncias, quanto à ereção de capelas, igrejas, freguesias, sempre dentro do período do chamado **Brasil colônia** e bem assim durante a vigência do **Padroado** entre nós que, como se sabe, foi reconhecido ainda na fase imperial e só tornado sem efeito com a proclamação da república. É importante ter em conta, a **inda** que, nem por ser deficiente ou inábil, um documento deixa de ser verídico, razão porque salientamos só a impropriedade de muita documentação proposta para a prova da fundação da freguesia naquele ano. E ainda mais, é conveniente consignar, desde já, que um **Livro de Tombo** era bem diferente dos **livros paroquiais** — estes, de acordo com disposições do Concílio de Trento, deviam ser utilizados pelos párocos para, em suas páginas, fazer constar os **nascimentos, casamentos e falecimentos**. E mandava (até 1749) que os párocos custodiassem esses livros **diligentes apud se**; dessa data em diante, uma ordem deu incumbência aos prelados para que cuidassem de que tais livros **ficassem nas igrejas**, e que não contivessem algarismos, nem abreviaturas e nem se fizessem emendas sem ressalvas formais. Quanto ao **livro do Tombo**, os livros, se necessários, era para outras anotações, observada uma sequência lógica, de que é exemplo uma citação feita por A.P. de Almeida, num estudo sob o título "O Livro do Tombo de Xiririca (2)", o que veremos na próxima crônica, para sabermos como se procedia e como se devia proceder nesse particular e que nos permitirá comparações bastante interessantes.

1) — CELSO MARIA DE MELLO PUPO — Revista do Inst. Hist. e Geográfico de S. Paulo — grs. 165 ss. — Volume LXV — 1968

2) — ANTONIO PAULINO DE ALMEIDA — Revista do Arquivo Municipal, S. Paulo — pags. 3 a 7 — Vol. CLVI — 1953